

O PERFIL ACADEMICO DOS ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

NAIZA ARCÂNGELA RIBEIRO DE SÁ
ALEX SOARES MARREIROS FERRAZ
ANA MARIA DA SILVA RODRIGUES
Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil
naizarcangela@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram inúmeras mudanças na configuração mundial, seja no âmbito socioeconômico, na esfera política, cultural e tecnológica, dando origem à era da informação (GADOTTI, 2000). As tendências trazidas pelo surgimento de novos conhecimentos geram, marcadamente, impulso sobre a Educação (MOROSINI, 2001).

A Educação, assim como a saúde, a moradia, dentre outros, é um direito de todos. Mas, tal fato ainda não reflete a atual conjuntura brasileira, visto existir desigualdades tanto nos níveis mais básicos, quanto nos níveis mais complexos do ensino. A realidade socioeconômica dos alunos de Instituições Superiores Públicas, por exemplo, reflete o contexto enfrentado pela grande maioria da população brasileira (FINATTI; ALVES; SILVEIRA, 2007).

Uma das principais responsabilidades das Universidades é formar indivíduos qualificados ao mercado de trabalho, e para tal feito necessita sanar ou, pelo menos, tentar satisfazer questões básicas necessárias à formação integral do futuro profissional (VELLECA, 2009). Estas não se resumem apenas ao acesso gratuito ao Ensino Superior, também estão associadas aos meios que garantam sua permanência. Estudantes provenientes de classes baixas necessitam, para prosseguir na sua vida acadêmica, além de Educação de qualidade, de políticas de assistencialismo como saúde, moradia, alimentação, esporte, dentre outras, reduzindo os efeitos das desigualdades (FINATTI; ALVES; SILVEIRA, 2007).

A Constituição Federal de 1988, artigo 205 e 206, afirma que a Educação é dever do estado e da família; e um dos seus princípios fundamentais é a igualdade nas condições de acesso e permanência da escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), também dá destaque ao acesso e permanência dos estudantes a Educação em seu artigo 3º. Da mesma forma está disposto nas resoluções do Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172/2001), o incentivo aos alunos com bom desempenho acadêmico por meio do recebimento de bolsa trabalho ou outro tipo de ajuda, para estimular seus melhores desempenhos.

A Universidade é o reflexo do meio social, contemplando todas as suas contradições. Torna-se um dos principais objetivos das Instituições de Ensino Superior a socialização do conhecimento para a formação de um cidadão ciente dos seus direitos e deveres, capaz de contribuir de forma positiva com a sociedade.

Esta pesquisa justifica-se devido à necessidade de informações sobre a influência do meio social e econômico no ingresso e na permanência dos acadêmicos do curso de Educação Física. Conhecer melhor o corpo discente contribui para que a Universidade possa elaborar programas de apoio baseado na realidade dos alunos. Assim, o objetivo desta pesquisa foi conhecer o perfil socioeconômico e a trajetória acadêmica dos alunos do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal do Piauí.

MATERIAS E MÉTODOS

Pesquisa do tipo descritivo, de corte transversal, com abordagem quantitativa, teve como amostra 169 alunos que cursam o primeiro, terceiro, quarto, sexto e sétimo período do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UFPI, amostra esta do tipo acidental,

formada por sujeitos acessíveis, que foram surgindo no local e no momento em que os dados estavam sendo coletados (POCINHO; FIGUEIREDO, 2004).

A coleta foi feita a partir da aplicação de questionário estruturado em três eixos temáticos: caracterização geral do estudante, aspectos socioeconômicos e questões relativas à trajetória de formação acadêmica. Os dados foram analisados através de estatística descritiva: média, desvio padrão, distribuição de frequências relativa e absoluta no programa *Prisma 5.0*. Posteriormente, utilizou-se o programa *Microsoft Office Excel 2007* para a confecção de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média de idade da amostra foi $21 \pm 2,7$ anos, com grande concentração de indivíduos na faixa etária de 18 a 23 anos (87%), conforme disposto na figura 1.

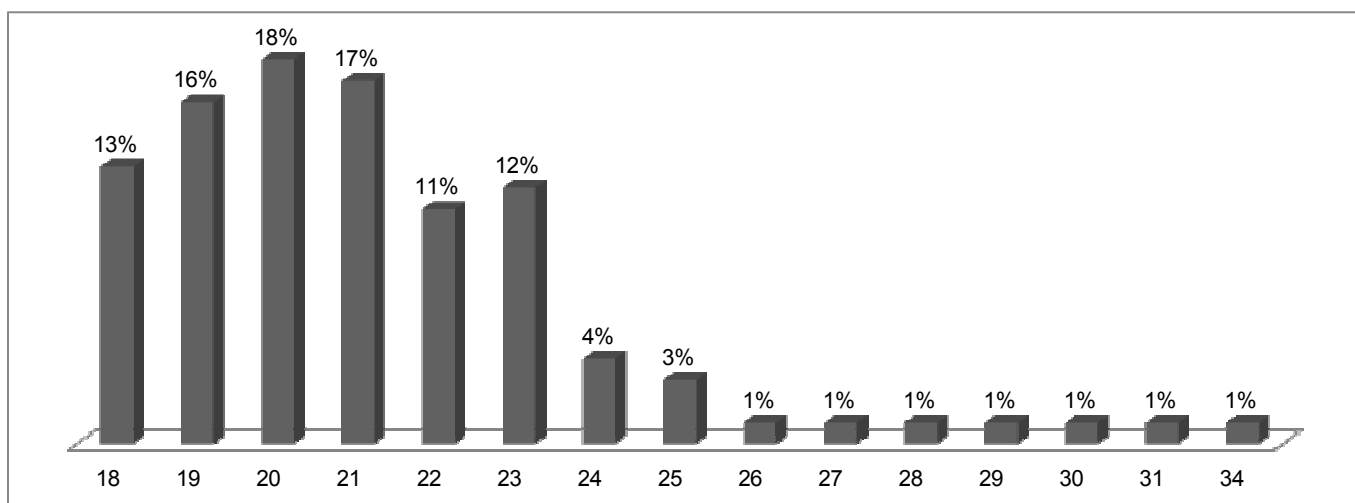


Figura 1: Distribuição da amostra por idade.

No ano de 2001 foi criado o Plano Nacional de Educação, que tinha como uma de suas metas a elevação do número de jovens na Educação Superior. Na época, o Brasil possuía apenas 12% da população de 18 a 24 anos no ensino superior, número muito pequeno quando comparado a países com a Argentina (40%), ao Chile (20,6%) e à Venezuela (26%) (BRASIL, 2001). Segundo dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009), 48,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão na Educação Superior Brasileira, formada predominantemente por indivíduos que iniciam o curso com a idade média de 19 anos e se formam com idade média de 23 anos, o que torna essa a faixa etária prioritária para a formação universitária desejada para o Sistema Educacional Brasileiro. Assim sendo, infere-se que o curso de Educação Física da UFPI encontra-se dentro desse padrão desejável.

A partir dos percentuais crescentes de alunos entre 18 e 20 anos, podemos deduzir que essa é a principal faixa etária de acesso ao curso superior, e a queda do número de alunos com idades de 22 e 23 anos reflete a conclusão do curso no tempo previsto de formação acadêmica - 4 anos. A segunda e maior queda percentual observada no gráfico acontece nas idades de 24 e 25 anos, faixa que corresponderia ao tempo de formação necessário para os alunos que ingressaram com 20 e 21 anos, da mesma forma que representa o tempo máximo de formação prevista, 7 anos, para os alunos que ingressaram aos 18 anos e que, por motivos diversos permaneceram mais tempo no curso.

O corpo discente do curso de graduação em foco é formado em sua maioria pelo sexo feminino, como apresentado na tabela 1, dados esperados se observarmos que a população, brasileira de acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE), é formada por 190,7 milhões de pessoas, das quais 97,3 milhões são mulheres e cerca de 93,3 milhões são homens (BRASIL, 2011).

Além de refletir maior percentual de mulheres em nossa população, essa distribuição está condizente com o mais recente Censo da Educação Superior, realizado no ano de 2009, que mostrou que as alunas são a maioria dentre os estudantes matriculados no Ensino Superior. Em se tratando especificamente da graduação presencial as mulheres representam cerca de 55,1% do número total de matrículas e 58,8% do número total de concluintes (INEP, 2010).

Considerando uma amostra jovem, a tabela 1 mostra que esta é composta principalmente por indivíduos solteiros. Este dado tem suporte naquele observado pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2010) em que a maior parte dos graduandos é formada por solteiros. De acordo com Finatti, Alves e Silveira (2007) a maioria da população universitária é de indivíduos solteiros, condição que acarreta menor responsabilidade, maior disponibilidade de tempo para dedicação aos estudos, conseqüentemente, melhor aproveitamento nos cursos de graduação e menor índice de desistência.

Tabela 1: Dados Gerais dos alunos do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Variáveis	Descrição	Freq. Absoluta	Freq Relativa
Sexo	Feminino	97	57%
	Masculino	72	43%
Estado Civil	Solteiro	162	96%
	Casado	6	3%
	Outro	1	1%
Motivo de escolha do Curso	Menor concorrência	8	5%
	Maior possibilidade de sucesso financeiro	2	1%
	Maior oferta de mercado de trabalho	4	2%
	Adequação às suas tendências e interesses	53	32%
	Identificação com o curso	83	51%
Curso	Foi/é atleta de alguma modalidade esportiva	9	6%
	Influência de outros	1	1%
	Outros motivos	4	2%

Questionados sobre os motivos que os levaram à optar pelo curso de Educação Física, a resposta mais expressiva foi de 51% que afirmou ter identificação com o curso e 32% que fizeram esta opção por adequar-se às suas tendências e interesses, como apresentado na tabela 1.

A escolha de uma profissão se baseia num conjunto de percepções como trajetória de vida, aptidões individuais, formação pessoal e, ainda, crenças e valores (SILVA, 2009). A profissão dos pais também pode influenciar na escolha profissional do jovem. Sua visão será influenciada pela satisfação ou não dos seus pais no trabalho e a identidade adquirida por eles nesse exercício (SANTOS, 2005).

A escolha de um curso superior é determinada, ainda, pela afinidade com a área, pelas habilidades que auxiliem no exercício profissional, ou pelo desejo de formação em determinado curso. Nesses casos a escolha é pautada nas adequações às tendências e interesses do indivíduo (NOGUEIRA, 2004).

Outro aspecto é evidenciado por Oliveira e Silva (2010) para os quais o tipo de escola freqüentada (pública ou particular) pelo estudante interfere diretamente na escolha de sua carreira, pois nesse ambiente o aluno cria sua história e molda seus interesses baseado na sua realidade e perspectivas de futuro. Sabe-se ainda, que a escolha pela escola dos filhos tem relação direta com as condições socioeconômicas dos pais.

O IBGE divide a sociedade brasileira em estratos sociais baseados na renda familiar. Para ser enquadrada na classe rica (A), a família deve possuir uma renda mensal acima de R\$ 15.300,00. Para se enquadrar na categoria classe B, a renda deve estar entre R\$ 7.650,00 e R\$ 15.300,00. Na classe C estão famílias que possuem renda mensal de R\$ 3.060,00 até R\$ 7.650,00. Os brasileiros que constituem a classe D percebem valores entre R\$ 1.020,00 a R\$

3.060,00. E no último estrato social de renda está a classe E, onde encontram-se brasileiros que ganham quantias mensais abaixo de R\$ 1.020,00.

As famílias dos respondentes foram distribuídas em classes sociais utilizando este mesmo critério. Os dados mostraram que as famílias da maior parte dos alunos estão inseridas nas classes D (40%) e E (32%), possuindo padrão financeiro inferior à média nacional.

Oliveira e Silva (2010) demonstram em seu estudo que nos cursos de Licenciatura em Química e Biologia da USP há predomínio da classe C. Estes dados evidenciam que o perfil econômico dos estudantes pode influenciar na escolha da carreira universitária.

Segundo pesquisa encomendada pela Cetelem BGN ao Ipsos Public Affairs, a maior parte da população brasileira pertence à classe C com 53% do total. As classes D e E detêm 25% da população, e as classes A e B abarcam 21%. Cenário que está sendo modificado ao longo do tempo. Em 2010 quase 19 milhões de pessoas saíram das classes D e E, e 12 milhões de pessoas atingiram o patamar das classes A e B (BRASIL, 2011).

O fato de 72% dos respondentes advirem de classes sociais muito baixas aponta para a oportunidade de ascensão social com o acesso ao Ensino Superior. No entanto as dificuldades enfrentadas pelas famílias carentes são enormes, visto que em muitos casos precisam fazer sacrifícios para manter seus filhos em escola de melhor qualidade, muitas vezes particular. Conforme nossos resultados, a maior parte dos alunos é proveniente de escola particular (55%) embora note-se que parcela substancial oriunda do ensino público (45%).

O IBGE, no censo de 2010, demonstrou que 73% dos alunos das IES do Brasil frequentaram escolas particulares. Realidade que os governantes estão tentando mudar com a implantação de política de reserva de cotas nas Universidades Públicas para alunos egressos do ensino médio gratuito, além da criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos), que facilita a entrada de alunos carentes nas Instituições de Ensino Superior privadas (OLIVEIRA, 2009).

Este paradoxo é explicado, conforme Martins (2000) por que as famílias preferem investir em escolas particulares na Educação básica e no ensino médio, em função da deficiência destas mesmas modalidades de ensino oferecidas gratuitamente. Este fato está ligado à tentativa de garantir o ingresso do indivíduo em IES pública, que na maioria das vezes tem qualidade superior.

A permanência e conclusão do curso por alunos de baixa renda fica bastante comprometida; devido a esta carência os alunos ficam mais suscetíveis, buscando desde cedo formas de ganhar dinheiro, muitas vezes se submetendo a estágios sem contrato de trabalho, sem orientação e por salários que não valem a carga horária e função desempenhada (ANTUNES, 2003). Questionados sobre sua renda pessoal, e tendo como base o valor de R\$ 360,00 que é o valor base pago pela UFPI e pelas Instituições de Fomento aos alunos que contribuem com prestação de serviços, 42% dos alunos responderam que recebem um salário base e 16% recebe entre 2 e 3 salários base, sendo que 34% não possui renda. Dos alunos com renda, apenas 19% recebe ajuda da UFPI.

Alunos de baixa renda estão logrando êxito no Ensino Superior, vencendo as barreiras impostas e conseguindo terminar seus cursos. Isso se dá, em parte, pelo fato de serem beneficiados pelos programas de permanência no sistema educacional de ensino (ZAGO, 2006). Necessidades econômicas afetam o desempenho do universitário nos estudos. Um fator que pode minimizar a questão econômica do estudante carente é sua participação em projetos de pesquisa, monitorias, iniciação científica, ou outro tipo de programa que o beneficie com remuneração dentro da própria IES (PORTES, 2001).

A área da Educação Física possui duas ramificações: o Bacharelado e a Licenciatura. Cabe ao indivíduo fazer a escolha por uma destas áreas de atuação antes de entrar no curso (VERENGUER, 1997). Cada uma das modalidades possui formação, currículo e área de atuação profissional diferentes. A Licenciatura prima pela formação de professores para atuarem em todas as modalidades da Educação Básica. Já o Bacharelado forma para a atuação na área não escolar, como clubes, clínicas, academias, difundindo a prática da

atividade física nestes diferentes meios, impossibilitado de atuar na Educação Básica (STEINHILBER, 2006).

Na tabela 2 estão dispostas as respostas sobre a área em que o aluno pretende desenvolver sua futura atividade profissional, sendo que apenas 33% dos respondentes tem intenção de trabalhar em escola, que é compatível com sua área de formação – Licenciatura. Este dado mostra que é importante esclarecer sobre o exercício desta profissão no contexto social e junto aos iniciantes de graduação para que possam distinguir as duas ramificações da área. Este estudo aponta grande percentual de graduandos que ainda não tem exata noção do exercício da profissão a escolher.

Quanto à Formação Continuada grande parte dos alunos esboça esta intenção, visto que 42% dos respondentes desejam fazer especialização, 26% querem fazer mestrado, 23% almejam chegar ao doutorado, como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição os alunos segundo área de atuação e intenção de formação continuada.

Variáveis	Descrição	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Atuação	Escola	49	33%
	Academia	27	18%
	Clube	4	3%
	Clínica	21	14%
	Personal Training	14	9%
	Empresarial	7	5%
	Acadêmica (pesquisa)	6	4%
	Não tem idéia	20	13%
	Outra área	1	1%
Formação Continuada	Não pretendo dar continuidade	5	3%
	Especialização	70	42%
	Mestrado	44	26%
	Doutorado	39	23%
	Outra graduação	9	6%

Todo profissional, independente da área de atuação deve estar em constante processo de atualização de conhecimentos. O professor de Educação Física precisa conhecer seus alunos de acordo com suas capacidade e necessidades e para tanto deve aperfeiçoar-se para atender às demandas profissionais (ANTUNES, 2003). Estes profissionais devem estar cientes da sua importância, do seu campo de atuação, das áreas de desenvolvimento profissional, buscando sempre aprofundar seus conhecimentos para melhor atender e exercer sua função social (VIEIRA, 2010).

Dos alunos que realizam estágio remunerado, 39% o fazem em academias de ginásticas e 42% possuem renda pessoal que gira em torno de 360 reais. Quanto aos fatores que poderiam otimizar o desempenho acadêmico, os alunos responderam que o principal seria mais dedicação ao curso por partes dos mesmos e maior interação com os professores. Disseram ainda que a principal fonte de conhecimento utilizada pelos professores são cópias de capítulos de livros.

CONCLUSÃO

Conhecer o perfil e trajetória do aluno é imprescindível para analisar a real situação enfrentada pelo universitário, para avaliar a Instituição de Ensino e auxiliar na elaboração de Políticas Públicas que garantam a igualdade no acesso, permanência e conclusão de seus cursos. As informações apresentadas por esta pesquisa permitem a análise das reais condições do curso de Educação Física da UFPI, do conhecimento sobre o exercício profissional, a partir das quais podem ser planejadas melhorias visando o maior aproveitamento dos alunos.

Conclui-se que os graduandos de Educação Física da UFPI são em sua maioria de baixa renda, que buscam a ascensão social através de curso de Licenciatura em nível superior, embora pensem em atuar em área não condizente com esta formação. A atuação docente na escola ainda é vista com certa restrição. Assim, entendemos que mais investimentos na Educação Superior, em especial nas Licenciaturas, são urgentes e necessários com vistas à formação cidadã.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, A. C. Perfil profissional de Instrutores de academias de ginástica e musculação. **EFDeportes**. Buenos Aires, ano 9, n.60, 2003.
- BRASIL. O Observador. **Pesquisa Cetelem- Ipsos 2010**. Brasil, 2011.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, 123 p. Brasília, 2001.
- _____. LEI n.º 9394, de 20.12.96, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.1996.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CRUZ, J. V. **Juventude e Identificação Social**: Experiências Culturais dos Universitários em Aracaju/Se (1960-1964). 2003. 163 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2003.
- FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade estadual de Londrina-UEL – Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, v.2, n.1, p.188 - 206, Juiz de Fora, 2007.
- GADOTTI, MOACIR. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.2, p. 03-11, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1444&id_pagina=1> . Acesso em 18/04/2011.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo 2009. **Resumo Técnico da Educação Superior**. Brasília, 2010.
- MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Rev. São Paulo Perspec.** v. 14, n. 1, São Paulo jan./ mar., 2000.
- MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.5, n.9, p.89-102, 2001.
- NOGUEIRA, C. M. M. **Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares**: o processo de escolha do curso superior. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós - graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- OLIVEIRA, M. D. A.; SILVA, L. L. M. Estudantes universitários: a influência das variáveis socioeconômicas e culturais na carreira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 23-34, jan/jun. 2010.
- OLIVEIRA, E. I. I. **Políticas Públicas para o acesso ao ensino superior**: o Prouni no contexto do Centro Universitário do leste de Minas Gerais – UnilesteMG. 2009.
- POCINHO, Margarida; FIGUEIREDO, João Paulo. **Estatística e Bioestatística**. Madeira, 2004.
- PORTES, E. A. **Trajетórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG** - um estudo a partir de cinco casos. 2001. 264 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- SANTOS, L. M. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005.

SILVA, A. R. **As trajetórias formativas de acadêmicos de educação física do curso de licenciatura da UFSM**: contribuições na constituição do ser professor. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

STEINHILBER, Jorge. Licenciatura e/ou Bacharelado, opções de graduação para intervenção profissional. E. F., ano VI, nº 19, março de 2006.

VELLECA, R. F. **O perfil socioeconômico e cultural do aluno do IQUSP** - ingressante entre 2003 e 2008. 2009. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Química) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VERENGUER, R. C. G. Dimensões profissionais e Acadêmicas da Educação Física no Brasil: uma síntese das discussões. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-175, 1997.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32 maio/ago. 2006.

Endereço: Rua 7 de setembro, 1210, Centro, Paraibano-MA.

CEP: 65670-000

Celular: (86) 8834 8012

E-mail: naizarcangela@hotmail.com